

Federação Nacional dos Urbanitários

Alstom admite ter pago propina em usina de SC

A multinacional francesa do setor elétrico Alstom reconheceu, segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, o pagamento de propina no valor de 4,85 milhões de francos (cerca de R\$ 6 milhões de reais em valores atualizadas), em janeiro de 1999, para garantir a venda de equipamentos para a hidrelétrica de Itá, em Santa Catarina.

Segundo o jornal, o documento oficial, primeiro a vir a público que admite o pagamento de propina, surgiu de uma auditoria interna realizada na sede da empresa na França, em 2008. O documento teria sido assinado pelo diretor de auditoria interna, Romain Marie, e enviado ao presidente da companhia, Patrick Kron.

Além de Itá, outros nove pagamentos são citados pelo documento em hidrelétricas na Venezuela, Cingapura e Qatar, somando cerca de € 5 milhões, segundo os auditores.

Também segundo o documento, o pagamento da comissão em Itá foi feito pela Janus, offshore das Bahamas, também utilizada para pagar propina em contrato de subestações de energia em São Paulo.

A hidrelétrica de Itá foi um dos projetos do programa de privatização no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em 1995, a Eletrobras assinou a concessão para o consórcio AAI (Associação de Autoprodutores Independente), formado pela CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), OPP Petroquímica e OPP Polietilenos (empresas do grupo Odebrechet) e a Companhia de Cimento Itambé.

O consórcio se comprometeu a gastar R\$ 658 milhões numa obra orçada em R\$ 1,06 bilhão em valores de 1995 (R\$ 5 bilhões hoje). A diferença (R\$ 402 milhões) foi bancada pela Eletrosul, estatal que foi parceira do consórcio até 1998. Os recursos privados foram emprestados pelo BNDES.

Quem corrompe os corruptos?

Durante o segundo dia do Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, realizado em setembro do ano passado, aproximadamente duas mil pessoas realizaram um escracho em frente às multinacionais Alstom e Siemens, em São Paulo, para denunciar suas supostas práticas de suborno nas concessões do metrô de São Paulo e no fornecimento de turbinas e outros equipamentos para a construção das hidrelétricas de Itá e Itaipu.

Além dessas, as empresas também fazem parte do consórcio que fornecerá turbinas para a usina de Belo Monte, localizada no Pará.

Para o membro da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Robson Formica, está é mais uma prova de onde está a origem da corrupção. "As grandes empresas transnacionais tem sido a origem dos processos corruptivos. O pagamento de propinas tem sido o modo de operação da grande maioria das empresas privadas. As notícias de propinas pagas pela Alstom apenas comprovam o que o MAB vem denunciando seguidamente e que os grandes meios de comunicação evitam mostrar, já que eles são financiados por essas grandes empresas", afirmou.

Fonte: Brasil de Fato

Agência Brasil, 04/02/14

Pessoas com deficiência começam a ter avaliação social para aposentadoria

Jorge Wamburg - Repórter da Agência Brasil Edição: Talita Cavalcante

A partir de hoje (3), 10 mil pessoas que agendaram avaliação de deficiência física na área de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para fins de aposentadoria começam a ser atendidas nas agências de todo o Brasil.

As novas normas, publicadas no Diário Oficial da União na semana passada, incluem o instrumento de classificação e concessão de aposentadoria da pessoa com deficiência, com avaliação social como novidade, além da perícia médica.

De acordo com o coordenador de Perícias Ocupacionais do INSS, Josierton Cruz Bezerra, a medida segue a Constituição Federal e a Convenção Internacional sobre Direitos da Pessoa com Deficiência, que definem a pessoa com deficiência como aquela com impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que possa obstruir a participação na sociedade em igualdade de condições com as demais.

Segundo ele, essa forma de avaliação pericial "é bastante inovadora e valoriza as dificuldades que o trabalhador com deficiência enfrenta na sociedade, como falta de rampas para locomoção, ônibus sem acesso para portadores de necessidades especiais e obstáculos para obtenção de próteses."

Quanto à redução do tempo para aposentadoria por idade, a Lei Complementar 142/2013 garante ao segurado da Previdência Social com deficiência o direito de se aposentar por idade aos 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), menos cinco anos do que as demais pessoas. Esse benefício é concedido ao segurado com deficiência intelectual, mental, física ou visual, de acordo com a avaliação pericial do INSS para comprovação da deficiência e do grau.

O segurado com deficiência precisará atender a algumas exigências para pedir a aposentadoria por idade. Entre elas, ter deficiência na data do agendamento, ter idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher), comprovar carência de 180 meses de contribuição e 15 anos de tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência. Na aposentadoria por tempo de contribuição, os critérios mudam um pouco.

Os demais períodos de tempo de contribuição, como não deficiente, se houver, serão convertidos proporcionalmente, segundo o INSS. O primeiro passo para requerer a aposentadoria é agendar o atendimento em uma agência da Previdência Social pelo número 135 ou pelo [site www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br). Caso o benefício seja concedido, o direito a aposentadoria passa a contar da data em que o atendimento foi agendado pelo segurado. Embora o atendimento nas agências dos segurados agendados comece hoje, a avaliação pericial médica e social ocorrerá somente a partir de março.

De acordo com o INSS, a concessão de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição para pessoas com deficiência é inédita, por isso, não é possível calcular o número de pessoas que poderão ter esse direito reconhecido. Um dos aspectos inéditos desse tipo de aposentadoria é a avaliação das barreiras externas, feita pelo perito médico e pelo assistente social do INSS, por meio de entrevista.

Segundo o coordenador, os 10 mil agendamentos de pessoas com deficiência que serão atendidos a partir de hoje têm predominância na Região Sudeste. Quanto à demora no atendimento, ele explica que isso depende da disponibilidade existente na agência, o que varia de acordo com a região.

“Por isso, o melhor é escolher a que fique mais próxima da residência do segurado. O importante é que estamos resgatando um direito que o trabalhador com deficiência tem assegurado na Constituição, mas não estava regulamentado, além do reconhecimento do esforço desse trabalhador na sociedade com a redução do seu tempo de serviço para a aposentadoria.”

Portal da CTB

Metalúrgicos de Caxias exigem melhores condições de trabalho em dias de calor intenso

O Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul (RS) realizou assembleia na manhã desta segunda-feira (03) para informar os cerca de 2.800 trabalhadores da Marcopolo Ana Rech da medida emergencial que está sendo tomada em função das altas temperaturas enfrentadas no estado e que afetam as condições de trabalho dos metalúrgicos. Muitos trabalhadores passaram mal devido a forte onda de calor dos últimos dias.

Os metalúrgicos relataram ao sindicato falta de ventilação e até de água para beber em diversas empresas da cidade, o que torna o trabalho sob fortes temperaturas um tormento, afetando a saúde dos trabalhadores.

O presidente Assis Melo, destacou que o sindicato está muito preocupado com a exposição da categoria ao calor excessivo. “Precisamos urgente de uma posição sobre as condições em que os trabalhadores estão exercendo suas funções nessa onda de calor. Solicitamos uma reunião com o Ministério do Trabalho pois esta é uma negociação emergencial que precisa ser resolvida logo. Trabalhadores estão desmaiando dentro das fábricas devido às fortes temperaturas. A previsão é que o mês de fevereiro terá recorde de temperaturas, precisamos de empresas climatizadas para que toda a categoria possa ter condições dignas de trabalho, que não afetem a sua saúde.”

O Sindicato se reúne com o Ministério do Trabalho e com o sindicato patronal ainda na manhã desta segunda para reivindicar melhores condições para os trabalhadores metalúrgicos em dias de calor intenso. Na reunião o sindicato vai apresentar as seguintes propostas: jornada de trabalho de 6 horas nos meses de forte calor, intervalo a cada duas horas para a hidratação do trabalhador e água de boa qualidade e em boa temperatura disponível para os metalúrgicos dentro das fábricas.

O Sindicato vai seguir mobilizando a categoria para conscientizar os trabalhadores a reivindicarem melhores condições de trabalho e para que não aceitem trabalhar em local impróprio e que prejudique a sua saúde. Caso o problema não seja resolvido a categoria pode paralisar as atividades.

Por Fabíola Spiandorello - Sindimetal

Portal da Força Sindical

Salário dos motoristas de ônibus de Porto Alegre não acompanhou a tarifa

Mais uma semana começa com ônibus nas garagens em Porto Alegre, já que motoristas e cobradores continuam em greve por tempo indeterminado.

Comparação entre o piso dos rodoviários de Porto Alegre e o valor das passagens do transporte público mostra defasagem de quase 50%.

O salário dos motoristas de ônibus de Porto Alegre não evoluiu no mesmo ritmo das tarifas. Uma comparação entre o piso da categoria e o valor das passagens nas últimas duas décadas mostra que, com a remuneração de hoje, o profissional compra metade do número de passagens que compraria em 1994. Ainda assim, o valor recebido pelos motoristas gaúchos é o segundo maior entre todas as capitais.

O reajuste anual dos rodoviários da Capital em 10 anos foi em média de 5,6%. Nos últimos dois anos, o índice foi de 7,5%, e atualmente o sindicato exige 14% de aumento. Outras reivindicações incluem reajuste no ticket-refeição, pagamento de horas extras, diminuição da jornada de trabalho, e cumprimento de acordos sindicais antigos, como plano de saúde hospitalar gratuito.

Enquanto o reajuste acumulado do salário dos motoristas em 20 anos foi de 326,42%, um ponto acima do registrado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no mesmo período, o acumulado na tarifa foi mais que o dobro: 656,76%. A folha de pagamento representa 42,1% na composição da tarifa, segundo planilha de cálculo apresentada pela prefeitura no ano passado para justificar pedido de aumento na passagem. A margem de lucro das empresas seria de 6,7%, mas uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) indicou que os empresários estavam ganhando mais do que diziam: 9,74% em 2011.

Por isso, quando eclodiram as manifestações contra o reajuste da tarifa no ano passado, foi instaurada uma Inspeção Especial sobre o Transporte Público, processo que inclui os critérios para o cálculo das tarifas, entre eles o custo com insumos e frota operante, a despesa de pessoal e o lucro. O processo deve ser votado pelo Pleno do TCE no próximo dia 12.

Portal da UGT

Só 4% passam por qualificação para ter seguro-desemprego

03/02/2014

O governo tentou, mas na prática não conseguiu apertar as regras para pagamento do seguro-desemprego. A medida, que tem como objetivo reduzir os gastos com esse benefício, não vingou. De cada 100 pessoas que pediram o auxílio nos dois últimos meses do ano passado, 96 foram liberadas da exigência de se matricular em um curso de qualificação profissional.

Segundo dados obtidos pelo Estado, dos 744.056 desempregados que solicitaram o seguro pela segunda vez ou mais em dez anos em todo o País, um total de 30.918 foi obrigado a se pré-matricular em aulas de reciclagem – 4% do total.

A quantidade de pessoas que, de fato, fizeram o curso pode ser ainda menor que os quase 31 mil demitidos, já que esse levantamento não mostra se os beneficiários chegaram a efetivar a matrícula em uma das instituições que oferecem cursos de qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Embora os Ministérios do Trabalho e da Educação tenham divulgado uma convergência nos sistemas dos órgãos, não é possível acompanhar a frequência de cada um dos segurados nos cursos e, muito menos, se eles conseguiram emprego depois da qualificação.

Nova regra. De abril de 2012 até outubro do ano passado, os cursos só eram obrigatórios para quem pedisse o seguro-desemprego pela terceira vez ou mais em um período de dez anos. A partir de novembro, uma nova regra estabeleceu que a exigência valeria a partir do segundo pedido. O governo chegou a cogitar restringir ainda mais o pagamento, com a imposição de que todos os beneficiários voltassem à sala de aula.

No entanto, faltam cursos para os desempregados. Para ser liberado de frequentar a reciclagem basta que no momento em que pedir o seguro-desemprego não haja cursos disponíveis na área de atuação do beneficiário – levando em conta suas últimas ocupações – ou na região próxima de onde ele mora.

O professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP), Hélio Zylberstajn, defende que o treinamento seja feito pelas empresas que quiserem contratar, para atender o que o mercado precisa e garantir o emprego. "O que mostram as experiências brasileira e a internacional é que é zero o impacto desses cursos que são desenhados para o exército de desempregados", afirmou. "É um desperdício de recursos públicos."

Flávio Sabino Amurim, 36 anos, concluiu há mais de um ano o curso de agente de informações turísticas pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), mas até hoje está desempregado, embora afirme que deixou currículos em todos os hotéis da capital federal. Ele diz que foi orientado

a fazer o curso, mesmo nunca tendo trabalhado na área, com a justificativa de que os grandes eventos esportivos no Brasil ampliariam a oferta de emprego. Ele diz que o curso não foi em vão porque conseguiu atuar, como voluntário, na Copa das Confederações. "Tomara que algum gerente de hotel retire meu currículo do fundo da gaveta e me chame para trabalhar antes da Copa."

CRONOLOGIA - Regras do benefício

16 de abril de 2012

Decreto condiciona o pagamento do seguro-desemprego à frequência em cursos de qualificação para quem fizer pedido pela terceira vez em dez anos.

10 de outubro de 2013

Decreto condiciona benefício à frequência em cursos para quem fizer o pedido pela segunda vez em dez anos. Medida entra em vigor em novembro.

31 de outubro de 2013

O ministro Guido Mantega disse que o governo estudava exigir que todo trabalhador demitido fizesse o curso a partir do primeiro pedido do benefício.

Portal da CUT

Renda de trabalhadores domésticos sobe acima da média, mas informalidade também é alta

03/02/2014

Para especialista, aumento da renda e menor proporção de domésticos - 1,4 milhão nas maiores metrópoles - significam um "avanço" para o Brasil

Escrito por: Agência Patrícia Galvão

Mais bem remunerados e mais escassos. Essa é a realidade dos/as trabalhadores/as domésticos/as, cujo rendimento subiu 6,2% em 2013.

O percentual supera em mais de três vezes a variação média da renda do conjunto dos/as trabalhadores/as das seis maiores regiões metropolitanas do país -1,8%.

Sob impacto da PEC das domésticas, que ampliou direitos trabalhistas e custos de contratação, também caiu o emprego da categoria: 7,7% em 2013, ritmo mais acelerado do que anos anteriores.

Para Gabriel Ulyssea, economista do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), a mudança na legislação intensificou uma tendência de redução do trabalho doméstico já registrada nos últimos anos.

Esse movimento, diz Ulyssea, já ocorria diante de mais ofertas de emprego em comércio e serviços, que demandam trabalhadores menos qualificados -o perfil do empregado doméstico, em geral.

A esse "assédio", afirma, somou-se a PEC, editada em maio de 2013, que introduziu direitos como FGTS e outros. Os benefícios, diz, são "desejáveis", mas trazem mais custos para as famílias - que, em muitos casos, abriram mão da empregada ou a substituíram por uma diarista.

A saída de trabalhadores da categoria fez o peso dos serviços domésticos no total de trabalhadores cair de 7,6% em 2003 para 6,1% em 2013.

Para Cimar Azeredo Pereira, do IBGE, o aumento da renda e a menor proporção de domésticos/as -que somam 1,4 milhão nas maiores metrópoles do País- é um "avanço". Ainda assim, o coordenador do instituto ressalta a informalidade da categoria, que caiu nos últimos anos, continua elevada e atingia a maioria (58,8%) do trabalhadores em 2013.

Maior formalização - O mesmo não ocorreu com o total dos ocupados. A tendência de formalização do mercado de trabalho se intensificou em 2013, pela primeira vez, os trabalhadores com carteira superaram a metade dos ocupados.

Desde de 2003, há um avanço quase que contínuo na formalização do mercado de trabalho das grandes metrópoles, impulsionado pelo crescimento econômico, por uma maior fiscalização dos órgãos oficiais e pela restrição na oferta de mão de obra para várias categorias.

Outro estímulo, dizem analistas, vem da concessão de crédito às empresas atrelada ao cumprimento das regras trabalhistas.

Segundo o IBGE, os 11,6 milhões de empregados formais do setor privado correspondiam a 50,3% do total de ocupados em 2013. Em 2012, o percentual era menor: 49,2%. Em 2011, havia sido de 48,5%.

Em 2003, apenas 39,7% dos trabalhadores eram formais. Ou seja, em uma década, houve uma expansão de mais de 10 pontos percentuais dos trabalhadores com carteira.

Para Ulyssea, o crescimento da formalização -que ainda é baixa no Brasil-pode entrar numa fase de estabilidade diante do menor ritmo de expansão das contratações com carteira.

Agência Patrícia Galvão

Portal da CUT

Deslocamento custa até 2h de salário para trabalhadores da América Latina

03/02/2014

Estimativa de estudo das Nações Unidas revelam que trabalhadores perdem até quatro horas por dia no trajeto casa-trabalho-casa

Escrito por: Portal das Nações Unidas

Os deslocamentos de casa para o trabalho e do trabalho para casa chegam a custar até duas horas de salário para os latino-americanos que perdem entre três e quatro horas do dia nesses trajetos. O dado foi apresentado por especialistas em evento copatrocinado pelo Banco Mundial, em Washington, Estados Unidos, para debater melhorias no transporte público. A agência da ONU tem financiado projetos no setor em diversos países.

Entre as iniciativas apoiadas está o BRT, ônibus que operam em faixas exclusivas, oferecendo um serviço mais veloz e seguro aos usuários, resultando também em economia de dinheiro para os passageiros.

De acordo com o programa de transporte urbano sustentável e planejamento do Instituto de Recursos Mundiais, 56 cidades da América Latina já contam com esse sistema, o que representa um terço dos mais de 4 mil quilômetros de corredores destinados ao BRT em todo o mundo. A região transporta 60% dos usuários desse sistema – são 19 milhões de pessoas por dia.

Saiba mais em <http://bit.ly/1fBsBnj>.

Por das Nações Unidas

ONU-Unic - Rio de Janeiro

Portal Mundo Sindical

Prefeitura não paga professores há 3 meses em Redenção do Gurguéia (PI)

Os professores da rede municipal de ensino de Redenção do Gurguéia, localizada ao Sul do estado, estão há mais de três meses sem salário e ameaçam entrar em greve. A classe deliberou em assembleia nessa sexta-feira (31) que, se a situação de pendências não for resolvida, não serão iniciadas as aulas de 2014. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Redenção do Gurguéia (Sinterg), Cleris Marques, a prefeitura não pagou os meses de novembro e dezembro do ano passado e as férias.

Cleris diz que há um acordo firmado na justiça entre os trabalhadores da educação de Redenção do Gurguéia e a prefeitura no primeiro semestre de 2013 que estabelece o pagamento em 22 parcelas de outros valores atrasados do ano de 2012. "A prefeitura pagou as duas primeiras parcelas do acordo em 2013, mas com atraso. Agora não está pagando as parcelas do acordo e voltou a atrasar salários no final do ano", denunciou Cleris. Ainda segundo o presidente do Sinterg, há na justiça uma ação civil pública para regularizar os pagamentos. "Eles deviam pagar no último dia útil de cada mês", informou.

O presidente do sindicato afirmou que a categoria teve duas reuniões com o secretário de Educação de Redenção do Gurguéia neste ano, mas o secretário não teria apresentado solução para o problema do atraso do pagamento dos salários, nem do acordo. "Conversamos com o secretário de Educação, Antônio Carlos Dias, quarta-feira (29), mas ele não conseguiu dar garantia porque tudo é centralizado pelo prefeito. Conversamos também com o secretário de Fazenda, Aureliano Parente, mas não tivemos uma resposta", reclama. Cleris disse que o Sinterg ainda não conseguiu resposta do prefeito Delano Parente. "Enviamos e-mail, pedimos esclarecimentos via ofício, mas ele não respondeu ainda", lamentou.

O prefeito de Redenção do Gurguéia se defende. Segundo Parente, os atrasos de salários dos trabalhadores da educação do município se devem à má administração de gestões passadas. "Tivemos uma reunião ontem na APPM (Associação Piauiense de Municípios) pra ir ao Tribunal de Contas pra avaliar a questão dos precatórios. Há muitas contas atrasadas de gestões passadas e a justiça determina o que deve ser pago", disse Delano.

Com relação à possibilidade de greve na educação de Redenção do Gurguéia, o prefeito acusa o sindicato de utilizar a questão politicamente. "Eles não querem acordo. Simplesmente querem que se faça a coisa de qualquer maneira. Ano passado eu concedi aumento e tentei agradá-los. Deu no que deu. No final do ano, atrasamos os salários. É tipo lençol curto: puxa pra cobrir a cabeça e descobre os pés", afirmou.

A esperança do prefeito para solucionar a situação é a chegada de repasses federais em abril. "Queremos concluir em abril o pagamento de 2013 com complementos do governo federal, que são de cerca de R\$ 107 mil. A cada 10 dias pagamos um pouco. Das 22 parcelas de 2012, já pagamos quatro", argumentou o prefeito, que disse estar se esforçando para atualizar os pagamentos.

Fonte: Marco Freitas/G1 - 03/02/2014

Presença de mulheres cresce e sindicato fiscaliza demandas específicas

O Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Cuiabá e Municípios (SINTRAICCCM) está redobrando os cuidados quanto às demandas específicas das mulheres nos canteiros de obras. Isso porque tem crescido o número de mulheres na construção civil.

Dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgados no final de 2013 mostraram que o número de mulheres que exercem atividades na construção civil aumentou 65% na última década. Entre os anos de 2000 e 2008, passou de 83 mil para quase 2 milhões.

O SINTRAICCCM ressalta que as empresas são obrigadas por lei a oferecer condições diferenciadas às mulheres no local de trabalho, além de observar a legislação trabalhista os direitos das mesmas.

A existência de banheiros adequados para mulheres nos canteiros de obras é um dos itens observados pelo sindicato. Outra preocupação é quanto ao respeito à jornada de trabalho e a possível prática de diferenciação em relação aos salários pagos para os homens e as mulheres.

Outro item importante é quanto aos direitos das gestantes que têm, entre outros, o direito à transferência de função, nos casos em que as condições de saúde o exigirem, sem prejuízo de seu salário.

A falta de mão de obra masculina é apontada como responsável pelo crescimento do número de mulheres no setor em funções como serventes, carpinteiras, ajudantes de obra, pedreiras, soldadoras, técnicas em segurança do trabalho e engenheiras.

Dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) mostraram que 8% das 200 mil trabalhadoras com carteira assinada em 2010 estavam na construção civil. Entre as características femininas apontadas como vantagens estão o cuidado, a atenção e o detalhismo.

"Temos observado a maior demanda de mulheres no nosso setor e isso nos mobiliza para que busquemos atender com mais cuidado a este público, garantindo boas condições de trabalho a estas companheiras. Este é o papel do sindicato", comentou o presidente do SINTRAICCCM, Joaquim Santana.

Fonte: Neusa Baptista/ACP - 03/02/2014

Jornal do Brasil, 03/02/14

Devo não nego, e não pago nem quando puder

Receita cobra dívida de R\$ 18,7 bilhões do banco Itaú

O banco Itaú informou nesta segunda-feira que foi autuado pela Receita Federal na semana passada por uma dívida de R\$ 18,7 bilhões referentes a impostos que não foram pagos por conta da fusão com o Unibanco, em 2008. A cobrança se deve a operação contábil da fusão e, segundo o próprio banco, a Receita aplicou uma multa de R\$ 11,845 bilhões, relativo ao Imposto de Renda, e R\$ 6,8 bilhões em Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), acrescidos de multa e juros.

No comunicado, o Itaú informa que vai recorrer junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e que considera remoto o risco de perda na cobrança. O banco ressalta ainda que a fusão feita em 2008 foi aprovada pelos acionistas das instituições e sancionada, posteriormente, pelas autoridades competentes.

O Itaú alega, conforme a nota divulgada no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que as operações realizadas em 2008 foram legítimas, "no estrito cumprimento dos requisitos normativos, e que continuará tomando todas as medidas necessárias à defesa de seus interesses e de seus acionistas".

O banco ressalta ainda que a operação na forma sugerida pela Receita não encontra respaldo nas normas aplicáveis às instituições financeiras.

Diap, 04/02/14

Poderes da República retomam atividades após recesso

Na manhã desta segunda-feira (3), Ano Judiciário foi aberto em sessão solene no Supremo Tribunal Federal. Logo mais, às 16h, haverá sessão no Congresso Nacional para formalizar a abertura do Ano Legislativo.

No STF, participaram da solenidade o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, representando a presidente da República, Dilma Rousseff, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A presidente Dilma Rousseff não compareceu à sessão no STF porque também na manhã de hoje ocorreu a cerimônia de posse dos novos Ministros de Estado da Casa Civil, da Educação, da Saúde e da Secretaria de Comunicação Social. O ato aconteceu no Palácio do Planalto.

Na sessão solene do Congresso Nacional, como ocorre a cada abertura de Ano Legislativo, será lida a mensagem presidencial. Não há confirmação na agenda da Presidente Dilma sobre seu comparecimento ao evento, que terá início às 16h, no plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados.

Após a solenidade, os líderes da base do governo vão realizar a primeira reunião de trabalho para alinhar a pauta discutida na semana passada junto ao Executivo. Para terça-feira (4) já está marcada uma reunião do Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados para definição da agenda prioritária desta curtíssima sessão legislativa.

Comissões temáticas

Na Câmara, não há reuniões marcadas nas comissões temáticas esta semana até porque ainda será necessário renovar a composição desses colegiados, com respectiva eleição de seus presidentes e vices. Esse procedimento deverá ocorrer até o final de fevereiro.

No Senado, onde a composição das comissões é renovada a cada dois anos, há poucas atividades programadas nesta primeira semana de trabalho.

Diap, 04/02/14

Congresso Nacional reinicia trabalhos com pauta trancada

O Congresso Nacional abre, nesta segunda-feira (3), mais um período de atividade legislativa, num quadro de dificuldades, com a pauta trancada.

Em 2013, o Congresso reagiu às reivindicações populares de rua e acelerou o ritmo de votação de matérias. Agora, em 2014, começa com baixa expectativa em relação aos resultados do Legislativo. Com calendário apertado, em função do Carnaval no início de março, os jogos da Copa do Mundo em junho e o início da disputa eleitoral em julho, os parlamentares que retomam as atividades nesta segunda-feira ainda terão o desafio de destrancar a pauta de votações e retomar discussões que foram iniciadas no ano passado.

No Senado, a Medida Provisória (MP) 626/13 impede que outras votações avancem. A matéria, que prevê R\$ 2,5 bilhões em crédito extraordinário para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), impede, por exemplo, que os senadores votem projetos como o que regulamenta a criação ou extinção de órgãos públicos.

No topo da fila de votações, a MP é apenas uma de um total de 14 em tramitação no Congresso. Na Câmara, deputados terão que concluir a votação de uma outra medida provisória com o mesmo objetivo de crédito extra, mas também precisam tentar consenso em torno de projetos que foram empurrados para 2014 por falta de acordo.

O presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), sinalizou que quer votar as matérias no primeiro semestre. Mas o otimismo do parlamentar pode não ser suficiente para o fim do impasse em torno de pontos do Marco Civil da Internet e do projeto que revisa pontos do Código de Processo Civil (CPC).

No projeto que define direitos e deveres de empresas provedoras de internet e usuários, a divergência gira em torno do princípio da neutralidade. Alguns parlamentares, motivados por empresários do setor, são contrários à previsão justificando o risco de prejuízos para os provedores. O relator da proposta, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), tentou fazer ajustes e reformulou, no final do ano passado, o texto para retirar qualquer dúvida. Como o novo parecer foi apresentado próximo ao recesso parlamentar, a discussão ficou para este ano.

O texto que moderniza o CPC parece ainda mais distante de uma conclusão. O texto-base foi aprovado no dia 5 de novembro, mas outros pontos exigiram mais debate. A falta de acordo agora é em torno de pontos como o que trata do pagamento dos honorários para advogados públicos.

As duas matérias tramitam em regime de urgência, trancando a pauta de votações da Câmara, assim como o projeto que destina 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas demissões sem justa causa para o Programa Minha Casa, Minha Vida, o projeto que concede porte de arma funcional aos agentes e guardas prisionais, e o que fixa o piso salarial dos agentes comunitários de saúde. (Fonte: Agência Brasil)

Portal da CUT

Comissão da Verdade vai convocar patrões suspeitos de colaborar com a ditadura

03/02/2014

Centrais querem punição a empresas que foram "quartéis" durante regime militar que fez muitos trabalhadores e trabalhadoras entre suas vítimas

Escrito por: Rede Brasil Atual

Até maio, a Comissão Nacional da Verdade deverá convocar representantes de várias empresas suspeitas de colaborar com a ditadura, sob qualquer forma. Depois desse mês, não haverá mais depoimentos. A CNV vai começar a elaborar seu relatório final, previsto para ser

entregue em 26 de novembro. Segundo o secretário de Políticas Sociais da CUT, Expedito Solaney, representante da central no grupo de trabalho da CNV responsável pelo movimento sindical, além de Rosa Cardoso (coordenadora do grupo), o atual coordenador geral da comissão, Pedro Dallari, "está convencido da importância de convocar empresários e responsabilizá-los".

Para Solaney, este é momento de "desnudar para a sociedade" algumas das ações praticadas pelas empresas. A lista já tem alguns nomes: Folha de S. Paulo, Monark, Ford, Volkswagen, Scania. Não há ainda datas previstas para que representantes desses grupos prestem esclarecimentos. "Não é só o Estado que tem de fazer reparação."

ATO NO ABC - As centrais sindicais que atuam na Comissão Nacional da Verdade querem que não só agentes do Estado, mas empresas apoiadoras do golpe sejam responsabilizadas por apoio e financiamento à ditadura (1964-1985). Em ato realizado no sábado (1º), em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, depoimentos explicitaram modalidades deste apoio. "Algumas empresas de São Bernardo tornaram-se verdadeiros quartéis", disse Djalma Bom, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ex-deputado e ex-vice-prefeito de São Bernardo. "Havia agentes da Polícia Federal infiltrados no movimento com carteiras de trabalho assinadas, 'esquentadas' pelas empresas."

Também ex-funcionário da Mercedes-Benz, Djalma afirmou que a montadora tinha "uma pessoa indicada para conversar com um general", de sobrenome Queiroz. Além disso, o chefe de segurança da empresa era um major, Saturnino Franco.

O evento foi organizado para homenagear trabalhadores e sindicalistas que sofreram perseguições e violência durante a ditadura militar instaurada no país após o golpe. Na lista, mais de 400 nomes, muitos já mortos, casos de Santo Dias, Manoel Fiel Filho, Virgílio Gomes da Silva e Vladimir Herzog – todos assassinados por agentes do Estado. Na área externa do Teatro Cacilda Becker (atriz e líder da classe teatral que morreu em 1969, após sofrer um derrame cerebral no intervalo de uma peça), os homenageados receberam diplomas. Muitos foram autografados, durante o ato, por João Vicente Goulart, filho do presidente deposto em março de 1964.

Ali estava, por exemplo, o economista Osvaldo Cavignato, metalúrgico de origem, ferramenteiro na região do ABC que estudava Ciências Econômicas e ajudou a criar a primeira subseção do Dieese em São Bernardo. Em 1975, quando estava no PCB, ele foi preso e torturado durante quase dois meses. Perto dele, à espera de seu diploma, estava um antigo companheiro de cadeia, o jornalista Sérgio Gomes, criador, em 1978, da Oboré, que ainda hoje desenvolve projetos em comunicação e formação.

À Margem - Para o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, a Oboré incluiu-se como raro exemplo no movimento sindical, "que tem o defeito de não contar a história". Ele acredita que a falta de informação ajuda a espalhar uma falsa noção de que os sindicatos já não têm tanta importância. "É um engano. Todos os dias tem ataques aos nossos direitos, todos os dias tem empresários pensando em acabar com as nossas conquistas."

Da mesma forma, para o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, ainda há "déficits de democracia" no mundo do trabalho. "Ainda existe ditadura dentro das fábricas. Existe muita gente para incluir, muita gente à margem da sociedade", afirmou.

O prefeito de São Bernardo, Luiz Marinho (PT), ex-presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ressaltou a importância de eventos como esse para que novas gerações saibam o que aconteceu no país naquele período e percebam a importância do processo democrático. E acrescentou que existem setores que ainda precisam de mais democracia, citando meios de comunicação e o Judiciário.

Era um evento de diversas colorações partidárias, mas grande parte da mesma matriz, formada no movimento estudantil, na militância operária, na experiência católica das comunidades eclesiais de base. O ato foi aberto com o Hino Nacional, mas um dos apresentadores avisou em seguida que A Internacional seria executada ao final. Entre os discursos, quase todos breves, houve apresentações musicais e teatrais. E trilha sonora adequada ao gosto do público, com alguns clássicos: O Bêbado e a Equilibrista (João Bosco/Aldir Blanc), Desesperar, Jamais (Ivan Lins/Vitor Martins), Construção e Roda Viva (ambas de Chico Buarque), Pra não Dizer que não Falei das Flores (Geraldo Vandré).

Também foram ao ato de São Bernardo sindicalistas com atuação destacada na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em 1981, como Hugo Perez (urbanitário) e Arnaldo Gonçalves (metalúrgicos de Santos). Profissionais como o jornalista Audálio Dantas, presidente do sindicato da categoria em São Paulo à época do assassinato de Vladimir Herzog, o Vlado, então diretor de Jornalismo da TV Cultura, em 1975. E sindicalistas como Oswaldo Lourenço, 88 anos, líder portuário em 1964, um dos criadores do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), atuante no governo João Goulart – e que mal pôde ver o nascimento da filha, às vésperas do golpe.

Dirigente metalúrgico em São Caetano, também no ABC, Marcelo Toledo recebeu diplomas em nome de vários familiares, sete ao todo. Pais, irmãos, tios trabalhavam em Santo André e atuavam na Ação Popular (AP), um dos grupos de resistência à ditadura.

O economista Walter Barelli, 75 anos, perdeu sua cerimônia de formatura, na Faculdade de Economia da USP. O motivo foi um contratempo político. A cerimônia de formatura estava marcada para 1º de abril de 1964. "Tinha um carro de combate na porta da faculdade, soldados com metralhadoras", lembra. "Ontem mesmo (sexta, dia 31) eu e um colega estávamos lembrando da nossa formatura que não houve. Mas o importante é a gente ter condição, hoje, de contar a história. Tem muitos exemplos de heroísmo e discernimento, e tudo precisa ser contado."

Ex-diretor técnico e professor aposentado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Barelli esteve no Dieese de 1965 a 1990, e foi o diretor-técnico que permaneceu mais tempo no cargo (22 anos). Participou depois do chamado Governo Paralelo de Lula, foi ministro do Trabalho no governo Itamar Franco e secretário estadual do Trabalho em São Paulo (governos Mário Covas e Geraldo Alckmin).

Sobre reivindicações como a revisão da Lei de Anistia, ele entende que neste momento o mais importante é lembrar que a ditadura acabou há quase 30 anos. "Hoje, a população pode se manifestar. Mas tem resquícios. Alguns dizem que a política é a arte do possível. Hoje, talvez, seria possível de forma muito diferente."

Quem também testemunhou a atuação de agentes dentro de empresas foi João Ferreira Passos, o Bagaço, funcionário aposentado da Ford em São Bernardo e ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos. Mas ele conta que era difícil distingui-los dos operários. "Era um peão normal, um peão comum. Só que a empresa tinha todo o controle, quem entrava na fábrica com jornal..." A Volkswagen, segundo ele, abrigava um verdadeiro QG. "Eles almoçavam e jantavam lá dentro. A Ford era mais discreta."

Certa vez, os metalúrgicos conseguiram identificar um infiltrado. "Quando nós descobrimos, ele sumiu." Por saber que eram vigiados, em época de greve os sindicalistas deixavam de ir para casa dois dias antes, para não serem presos. E havia as chamadas "listas negras", com informações sobre militantes e ativistas. "Todo mundo (as empresas) sabia quem nós éramos. É por isso que tem de investigar."

Luta - Coordenadora, dentro da CNV, do grupo de trabalho que apura episódios sobre o movimento sindical, Rosa Cardoso afirmou que o golpe foi organizado com sustentação de setores civis, incluindo as empresas. E garantiu que isso será apurado. "Faremos isso, sim. O movimento sindical foi o principal responsável por abrir as portas da política para o povo", acrescentou Rosa, citando diversos períodos históricos do país, desde os anos 1930. "Foi a classe trabalhadora que ampliou a luta política no Estado Novo e que defendeu as reformas de base. E fez as lutas nos anos 70. Gostando menos ou mais do 'Lula lá', a verdade é que o Lula iconiza a participação da classe trabalhadora no poder."

O ex-presidente era esperado para participar do ato, mas não compareceu. Ontem pela manhã, ele passou por exames no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, e os médicos informaram que seu estado de saúde é "excelente". Lula não foi, mas seu irmão José Ferreira da Silva, o Frei Chico, esteve lá até o final.

Djalma Bom, um dos presos durante 30 dias com Lula em 1980, durante uma intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos, também testemunha a "eficiência" dos agentes que se passavam por trabalhadores. "Era bem infiltrado. A gente não percebia." Tanto que alguns ele foi reencontrar justamente em uma das idas à delegacia – mas aí já não eram mais colegas.

Outros companheiros de prisão no Dops, em 1980, e enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), também estiveram no ato e foram homenageados, como o ex-prefeito de Diadema Gilson Menezes e o presidente do PSTU, José Maria de Almeida, líder da Central Sindical e Popular (CSP)-Conlutas. Em 12 de maio de 1978, Gilson liderou a emblemática greve da Scania, em São Bernardo.

Também da direção da CSP-Conlutas e secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Luiz Carlos Prates, o Mancha, quer que as empresas cheguem "ao banco dos réus". E afirma que elas continuam no país tendo lucro e remetendo divisas para o exterior. "É uma tarefa inacabada", comentou, referindo-se à necessidade de punições. Ele acrescenta que o evento não é só nostalgia: a lei de segurança ainda é usada para coibir manifestações, há tortura nas delegacias e a Polícia Militar segue usando de violência.

Um dos itens da "Carta das Centrais" é justamente a "desmilitarização" da polícia. O documento inclui ainda a revogação da LSN, a extinção da Justiça Militar e uma nova interpretação da Lei de Anistia, "que seja compatível com a proteção e defesa dos direitos humanos". Assinam o texto CGTB, CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força, Intersindical (duas), Nova Central e UGT.

Conforme anunciado, no encerramento houve a execução de A Internacional, em uma versão em castelhano.

Portal de notícias de Rede Brasil Atual

Organizado por Ernesto Germano